



Revista
Portuguesa de
História
Militar

Ano V - n.º 9
Dezembro 2025



Revista Portuguesa de História Militar



Dossier:

Da Retirada Militar do Ultramar ao 25 de Novembro de 1975

DA RETIRADA MILITAR DO ULTRAMAR AO 25 DE NOVEMBRO DE 1975



Revista Portuguesa de História Militar
Ano V - n.º 9

Editor:
Comissão Portuguesa de História Militar

Diretores:
Abílio Pires Lousada e Humberto Nuno de Oliveira

Conselho de Redação:
Carlos Borges da Fonseca – Secretário-geral da CPHM
Jorge Silva Rocha – Gabinete de Apoio da CPHM

Conselho Editorial:
Dr. Harold E. Raugh, Jr. – Presidente da Comissão Internacional de História Militar
João Vieira Borges – Presidente da CPHM
Abílio Pires Lousada – Diretor da Revista
Humberto Nuno de Oliveira – Diretor da Revista
Membros do Conselho Científico da CPHM

Capa: Jorge Silva Rocha
Imagem de capa: Inácio Ludgero (FMSMB/Casa Comum)

IMPRESSÃO
Rainho & Neves - Artes Gráficas

Dezembro de 2025

Depósito legal: 494794/22

ISSN: 2795-4323

Todos os direitos reservados

A GUERRA DE PERCEÇÕES NA CRIMEIA (1853–1856)

Vitaliy Venislavskyy

Resumo

O presente artigo argumenta que a Guerra da Crimeia (1853-1856) foi antecedida e condicionada por uma disputa de perceções. Por um lado, a visão russa do Mar Negro, enquanto eixo de sobrevivência económica, e missão civilizacional, colidiu com os interesses britânicos e franceses que viam na sobrevivência do Império Otomano a defesa dos seus interesses coloniais. Este choque de interesses viu-se institucionalizado na narrativa pública de forma tão profunda que tornou a guerra dificilmente evitável. Ao despoletar, os impasses operacionais observados traduziram a primazia da perceção sobre a manobra e permitiram criar uma sensação de cerco sobre o poder russo, que, inserido no medo de um colapso militar, aceitou o quadro de paz proposto pelos britânicos. Mesmo que depois o tentasse reverter, pela via das mudanças políticas na Europa, no final do século XIX.

Palavras-Chave: Império Russo; Império Britânico; Crimeia; Guerra Cognitiva; Estreitos.

Abstract

This article argues that the Crimean War (1853-1856) was preceded and conditioned by a clash of perceptions. On the one hand, the Russian vision of the Black Sea as an axis of economic survival and a civilizing mission clashed with the British and French interests, who saw the survival of the Ottoman Empire as a defense of their colonial interests. This clash of interests became

so deeply institutionalized in the public narrative that it made the war almost unavoidable. Upon its outbreak, the observed operational impasses reflected the primacy of perception over maneuver and created a sense of siege around Russian power, which, fearing military collapse, accepted the peace framework proposed by the British, even if it later attempted to reverse it through political changes in Europe at the end of the 19th century.

Keywords: Russian Empire; British Empire; Crimea; Cognitive Warfare; Straits

Introdução

No dia 30 de março de 1856, era assinado o Tratado de Paris, que dava por terminada a Guerra da Crimeia, que teria começado em 1853. Tropas britânicas e franceses tinham, no âmbito desta guerra, desembarcado na Crimeia e, com a ajuda de tropas do Reino de Piemonte-Sardenha, acabavam de conquistar a cidade de Sebastopol – a base naval russa do Mar Negro.

Ao mesmo tempo, a Rússia restituía ao controlo do Império Otomano (aliado da Grã-Bretanha e da França) a cidadela de Kars, conquistada ao longo dessa guerra.

Contudo, o que levanta maior interesse no estudo da Guerra da Crimeia foi a colocação de condições penosas para o Império Russo. Mesmo que não tenha hesitado em as aceitar, o Czar, 21 anos mais tarde, em 1877, estava de novo em guerra com os Otomanos e via o contexto político europeu tornar essas condições impossíveis de concretizar e manter.

Neste quadro político, surge, necessariamente, a necessidade de levantar a questão sobre as dimensões da guerra do século XIX, mais propriamente, a interdependência dos processos de cariz político face aos resultados no teatro de operações. Esta dúvida advém do facto de os resultados da guerra não condizerem totalmente com o que foi estipulado e aceite no Tratado de Paris. E isso, por si só, implica afirmar, com alguma certeza, que esta guerra não foi apenas travada nos teatros de operações, mas também no plano das perceções e no alcance dos símbolos na mente dos decisores políticos.

A hipótese de trabalho é, desta forma, muito simples: os efeitos da guerra não se explicam apenas pelos combates e cercos, mas também por uma disputa de perceções e de símbolos que condicionou a decisão — tanto em Londres como em São Petersburgo.

Pode-se olhar para esta dimensão no sentido de um antecessor da guerra cognitiva. Atualmente, o conceito de *Guerra Cognitiva* está associado à forma

de guerra que se concentra em influenciar o raciocínio, as decisões e, em última instância, as ações do oponente para garantir objetivos estratégicos sem combate direto ou com menos esforço militar do que seria necessário em outras circunstâncias⁽¹⁾.

Desta forma, emana a possibilidade de o raciocínio político russo ter sido influenciado a perceber a inevitabilidade da derrota, ou da criação dessas condições, que fizeram o Czar Alexandre II a aceitar todas as reivindicações britânicas como forma de a resolver. E é exatamente ao levantamento dessa possibilidade que o presente artigo pretende se debruçar.

Em primeiro lugar, através do levantamento das percepções estratégicas que estiveram por detrás do despoletar do conflito na região pônica⁽²⁾, pretende-se observar que as próprias causas deste embate entre impérios residiram nas percepções políticas da possível disrupção da plena manutenção dos interesses britânicos no Mar Mediterrâneo. Por outro lado, da parte da Rússia, existia uma inequívoca percepção ideológica em controlar os Estreitos de Bósforo e dos Dardanelos, como instrumento para ter acessos incontestáveis às águas quentes, e desta forma, se tornar numa grande potência naval.

Em segundo lugar, já com a guerra em andamento, procurou-se argumentar o fim indefinido das operações militares, cujo objetivo premeditado era o de colapsar a vontade política russa em se rever na estratégia secular de expansão no Mar Negro, mas que não se cumpriu.

Em terceiro lugar, o termo, deveras exagerado, de “paranoia” russa e a percepção que havia risco de colapso militar, caso mais potências decidissem se juntar aos aliados, para derrotar a Rússia. Terá sido, em grande medida, este o ponto que levou o Czar russo a procurar uma forma de poder ver a guerra resolvida e, com isso, moldar uma nova arquitetura diplomática que pudesse reverter politicamente (e circunstancialmente) os termos dessa paz, firmada no Tratado de Paris.

1. As percepções estratégicas e imperiais por detrás da guerra

Desde o século XV, o controlo dos estreitos do Bósforo e de Dardanelos, tal como do Mar Negro, era exercido a partir de Istambul. O Sultão, através do controlo político sobre algumas fortalezas na Crimeia e nas costas ocidentais e orientais do mar, permitiam exercer a sua vontade política sobre o Mundo Pônico, sem que alguém o confrontasse.

Contudo, a partir de finais do século XVIII, a Rússia, ao conquistar a Crimeia, e expandindo-se administrativamente nas estepes ucranianas, fez inverter

1. ISW Press, “A Primer on Russian Cognitive Warfare,” Institute for the Study of War, Junho, 2025, <https://understandingwar.org/research/cognitive-warfare/a-primer-on-russian-cognitive-warfare/>.

2. Nome que se refere ao *Pontus Euxinos*, que denomina em latim, o Mar Negro.

esta correlação de forças, através da inserção do Czar (neste caso, a Czarina Catarina II), na equação geopolítica regional, e transformando o Mar Negro no eixo fundamental da projeção naval russa, que visava o estabelecimento no Mar Mediterrâneo.

Esta nova era inaugurava uma rivalidade entre São Petersburgo e Istambul, definida por um enquadramento em que, na perspetiva russa, o controlo otomano dos Estreitos se materializava numa limitação estrutural, porque condicionava a livre-circulação dos fluxos comerciais e, com eles, a própria ambição da Rússia ser uma potência marítima com projeção internacional.

Desta forma, o desígnio russo em atingir as “águas quentes”⁽³⁾ tornou-se estatal e era perseguido sob o pretexto de proteger as populações cristãs ortodoxas sob domínio otomano. Assim, procurava-se uma forma de subversão política que visava fragilizar a Sublime Porta até à sua inevitável desintegração.

Durante décadas, a disputa era contida com uma série de tratados e equilíbrios políticos, mas sempre com a intervenção de potências externas, nomeadamente da França e da Grã-Bretanha, que ao patrocinarem essas soluções, aceitavam-no como preço da estabilidade. Este enquadramento institucionalizou-se como a Questão Oriental, tornando a preservação do Império Otomano numa prioridade das maiores potências da Europa Ocidental, e acendendo o Mar Negro como uma região de tensões crónicas.

A meio do século XIX, mais concretamente, na entrada dos anos 50 desse século, esta rivalidade tornou-se impossível de tolerar e gerir apenas pela via diplomática.

a. O Mar Negro inserido na perceção russa

Geograficamente, a posição da Crimeia situa a península numa interseção de rotas navais do Mundo Pôntico⁽⁴⁾, transformando-a historicamente num centro de gravidade político e económico. O seu controlo foi, por isso, cobiçado por sucessivos impérios que se queriam expandir na região. Consequentemente, povos como os gregos, romanos, bizantinos, genoveses, venezianos, turcos, russos e ucranianos foram dominando a região, procurando sempre aproveitar e lucrar com esse posicionamento central. Estas transições acontecem numa cronologia que vai desde o séc. V a.C. até à atualidade.

Por ser relevante compreender que as causas dos eventos de 1853 estão

3. Assim denominadas, por não congelarem no Inverno e, com isso, permitirem a livre-navegação durante todo o ano.

4. Este espaço é definido pelo próprio Mar Negro, e o *hinterland* que este serve. Em certa medida, e assumindo a continuidade política da ligação geográfica entre o Mar Negro e o Mediterrâneo, poderemos inserir o próprio Mar Egeu, e os Estreitos como uma projeção natural do Mundo Pôntico.

profundamente enraizadas na região, sublinha-se que desde a Idade Média, o Mar Negro funcionava como eixo integrador de impérios. A Rússia herdaria essa percepção, interpretando que dominar essa região iria garantir a própria sobrevivência, por definição da sua disposição.

Esta percepção russa reproduzia um arranjo político que se tornou possível com a estabilização de uma política comercial comum a todas as regiões que envolvem o *Pontus*. Essas dinâmicas merecem ser analisadas no quadro mais amplo das percepções imperiais russas.

No século XIII, tal enquadramento aconteceu com a *Pax Mongolica*, no seguimento das conquistas mongóis, cujo império se estendeu desde a China até à Europa. Ainda que tivessem conseguido resistir ao domínio mongol, algumas Cidades-estado italianas, na Crimeia foram obrigadas a aceitar as diretrizes da política comercial praticada pelos mongóis.

Mesmo sendo conotado com uma tirania, sem precedentes, a *Pax Mongolica* reproduziu um crescendo comercial exponencial na região. Em primeiro lugar, a rota terrestre, que atravessava a Ásia Central, passou a ser controlada apenas por uma entidade política — os *Chinggisidas*. Segundo, o Mar Negro definiu uma “zona franca”, ou de livre-comércio, onde mercadores internacionais e missionários poderiam ver os negócios estabelecidos. Em terceiro lugar, esta afluência aconteceu numa escala sem precedentes, o que impactou profundamente a região, tornando-a num verdadeiro polo comercial, de nível continental.

No século XIV, Tamerlão conquistou a cidade de Astrakhan, e corta a rota terrestre que permitia o livre-comércio entre a Europa e a China. Consequentemente, a rota ficou paralisada, e foi um dos catalisadores da dissolução do Império Mongol, em vários estados mais pequenos, aos quais se deu o nome de Canato (estes eram governados por um Khan). O que parecia ser um retorno à heterogeneidade, tornou-se, na verdade, numa janela aproveitada por uma potência crescente, cujas conquistas tiveram início na região turca da Anatólia — trata-se da formação política que viria a fundar o Império Otomano, e assim permanecerá reconhecido atualmente⁽⁵⁾.

Com esta redistribuição, a região do Mar Negro deixava de ser uma mera manifestação, ainda que com *sabor* próprio, das características políticas e sociais dos povos que a dominavam. Pelo contrário, passou a ser a pedra angular para a sobrevivência de um poderoso Império.

A *Pax Otomanica*, que não é um termo academicamente estabelecido, foi confrontada, a partir de 1694. A Rússia, governada por Pedro I, firmou um tratado com a República das Duas Nações (nome atribuído ao Estado criado entre o Reino da Polónia e o Grão-Ducado da Lituânia), e através da mesma

5. Virgil Ciociltan, *The Mongols and the Black Sea Trade in the Thirteenth and Fourteenth Centuries* (BRILL, 2012), pp. 11-12.

aderiu à Santa Aliança que procurava combater os otomanos. Nesse ano, no contexto do seu compromisso com os aliados, Pedro I enviou uma expedição militar de 30.000 homens a fim de atacar a Fortaleza de Azov, que se situava no delta do rio Don (que desagua no Mar de Azov). Este cerco tinha falhado, porém, Pedro, ao não desistir, ordenou a construção de uma marinha de guerra, para fazer cair a Fortaleza, diretamente controlada pelos turcos⁽⁶⁾. Em 1696, a fortaleza caía. Pedro anunciava a vitória organizando festividades em Moscovo, fazendo alusão às marchas triunfais romanas. Pedro I, até esse momento, tornava-se Pedro, O Grande. Entretanto, a Rússia reequilibrava a distribuição de poder na região.

Tentando replicar este sucesso, a partir de 1762, Catarina II viu uma oportunidade de uma afirmação derradeira russa na região. Um conjunto de incidentes políticos na fronteira entre a Rússia, a Polónia e o Império Otomano levaram a uma sequência de eventos que fizeram explodir uma guerra entre São Petersburgo e Istambul, iniciada em 1768, com uma declaração de guerra emitida pela *Sublime Porta*.

Uma guerra dura, que levou os otomanos a uma derrota deveras pesada, viu a assinatura do Tratado de Kuchuk-Kainarji, em 1774, que continha um conjunto de condições muito complexas, e determinou a disposição de poder para o século vindouro.

Em primeiro lugar, as provisões territoriais deste Tratado reconheceram a nova fronteira russa, que se estendia até ao rio Bug⁽⁷⁾, cedendo à Imperatriz o domínio sobre as Fortalezas de Azov, no delta do Don, e as Fortalezas de Kerch e Yenikale, na Península da Crimeia, como parte da Província de Kuban. No que toca ao território do resto da Península, este ir-se-ia tornar num estado soberano, apenas dependente de Istambul em matérias religiosas.

Segundo, no que aos aspetos comerciais diz respeito, o Tratado permitiu à Rússia navegar livremente em águas turcas e gozar de livre-passagem pelos Estreitos otomanos, em direção ao Mar Mediterrâneo, enquanto garantia privilégios comerciais em terras otomanas.

Por fim, as considerações mais polémicas, no que toca à interpretação posterior das duas partes, estavam relacionadas com o aspeto religioso. Foi concedido, à Rússia, o privilégio de representar, junto da Sublime Porta, os Cristãos Ortodoxos, na Moldávia e na Valáquia (que a Rússia tinha ocupado durante a guerra, mas que teve de devolver ao Sultão) e nas Ilhas do Egeu. Ainda assim, o que parece ser uma dessincronização nas traduções do Tratado, aponta

6. R C Anderson, "The First Russian Fleet, 1695–1711," *Royal United Services Institution Journal* 61, no. 441 (February 1, 1916): 41-46, <https://doi.org/10.1080/03071841609419042>.

7. Onde a Fortaleza de Ochakiv, nas mãos dos otomanos, seria um posto fronteiriço importante, devido à sua localização na margem ocidental do Delta do Dniepre.

para uma posterior interpretação errada do mesmo⁽⁸⁾, já que o texto russo identifica que a representação russa deve ser feita para a defesa dos direitos cristãos⁽⁹⁾ (usando mesmo a palavra “*zashchita*”), enquanto a versão turca usa a palavra “*siyante*” ou preservação e atribui à Porta o papel de “receber com atenção” as recomendações russas⁽¹⁰⁾.

A Rússia era, desta forma, reconhecida como potência naval no Mar Negro, e com isso, lhe eram concedido um conjunto de privilégios, nomeadamente direitos de navegação. O formato anterior das trocas comerciais, que tinha o seu centro em Istambul, viria a ser substituído gradualmente pela emergência de novas rotas comerciais, que vinham de Odessa⁽¹¹⁾ (que compunha um dos vértices desta rede) com outros portos pânticos, tais como Trebizond, Batum (no Cáucaso) e ainda os portos no Danúbio e nos Balcãs Orientais, criou um formato quadrangular de trocas comerciais⁽¹²⁾.

Ainda assim, este crescimento de relevância, na perspetiva russa, residia na constante sombra do poder geográfico que o Sultão tinha. Naturalmente, o controlo inequívoco sobre as rotas que atravessavam os Estreitos. Bastaria ao soberano turco fechá-los que a cidade de Odessa deixaria de ser um poderoso centro de comércio, que na altura era. Pode-se, desta forma, concluir que a Estratégia Naval Russa, pode designar-se, interpretativamente, por *Solução Russa* para a Questão Oriental: através do controlo de Constantinopla, ganhar acesso ao Mediterrâneo e se tornar na potência dominante no Mar Negro. Porém, esta não resultava apenas de uma vontade política, mas procurava, sobretudo, garantir a segurança do comércio russo.

Esta vontade geopolítica não é evidentemente proclamada, e muito menos legitimada através dessa formulação, daí ser uma interpretação necessária face à construção da narrativa da guerra. Não só interesses políticos e económicos guiavam os governadores russos, como também uma forte componente espiritual.

Esta perspetiva estava ligada a uma Conceção Histórica, assim denominada por Fyodor Dostoievsky, no seu *Diário do Autor*, numa entrada que redigiu em junho de 1876. Apesar de ser escrito 20 anos após o fim da Guerra da Crimeia, este texto denunciava os aspetos religiosos, que, neste caso é a religião Cristã

8. Em 1853, o Czar Nicolau I, entra em conflito com o Império Otomano e a França, fruto da implementação livre dessa provisão para suportar as suas reivindicações face a um protetorado sobre os Gregos Ortodoxos, por todo o Império Otomano.

9. Roderic H. Davison, “‘Russian Skill and Turkish Imbecility’: The Treaty of Kuchuk Kainardji Reconsidered,” *Slavic Review* 35, no. 3 (1976): 463-83, <https://doi.org/10.2307/2495120>.

10. Brian L Davies, *The Russo-Turkish War, 1768-1774* (Bloomsbury Publishing, 2016), p. 224.

11. Cujo porto ganhou enorme relevância regional, com o estabelecimento russo na região, em 1795. O porto de Odessa era fundamental, pois garantia o escoamento de bens agrícolas produzidos nas estepes agrícolas ucranianas.

12. Özveren Y Eyüp, “A Framework for the Study of the Black Sea World,” *Review (Fernand Braudel Center)* 20, n.º 1 (1997): 77-113, <https://doi.org/10.2307/40241390>.

Ortodoxa, que estavam na génese do nacionalismo russo, sendo apresentados numa vertente, ou com uma finalidade, extremamente pacifista, na qual a força política é apenas um meio de proteção da Ortodoxia, enquanto génese da mente russa.

Na sua reflexão, o poeta russo do século XIX, parte da presunção da exclusividade do seu povo, que tem cravado no seu ethos o exercício de um protetorado espiritual sobre a fé Ortodoxa, vista como um verdadeiro tesouro, e cria três fases daquilo que pode ser chamado como o estabelecimento espiritual russo. A primeira fase pode ser observada quando lhe foi incumbida a missão de proteção, pelo Grão-Duque Ivan III (1440 – 1505), a sociedade russa procurou isolar-se, de forma a evitar que o contacto com outros povos, pudesse corromper esta sua essência exclusiva. Por tal razão, a sociedade russa estaria a incorrer numa injustiça para com a Humanidade, num todo⁽¹³⁾.

Na imaginação russa, o domínio sobre Constantinopla representava o cumprimento de um desígnio espiritual. O Mar Negro era, assim, o espaço simbólico onde se projetava a identidade russa e o seu destino histórico.

Para a grande potência imperial da época, a Grã-Bretanha, um possível acesso russo ao Mar Mediterrâneo representava uma ameaça aos seus interesses comerciais mais relevantes. O Mediterrâneo Ocidental era a rota marítima que ligava Londres à Índia - a joia da coroa do Império. O choque estava montado, e as dificuldades em o gerir colocavam os dois colossos imperiais em rota de choque.

b. O Denial britânico

A *Questão Oriental* emanava da reação das grandes potências europeias face à decadência significativa de poder em que o Império Otomano se situava. Com o objetivo de não sofrer com as possíveis consequências da sua provável desintegração, os países mais fortes da Europa tomaram conta em trazer para a agenda política europeia esta questão. A permanência do Império era importante para que os países europeus pudessem gerir com mais facilidades os seus assuntos coloniais.

Ainda assim, a *Questão Oriental* não pode ser apenas analisada puramente sob o prisma de um esforço coletivo de preservar o Império Otomano, mas antes como uma tentativa, de cada país europeu, tentar colher o máximo de dividendos possíveis da fraqueza turca⁽¹⁴⁾. Apesar de *Kuchuk-Kainarji* (1774) cristalizar o desequilíbrio que lhe daria origem, ele está inerentemente ligado à decadência endémica da *Sublime Porta*, que atribuiu, a um conjunto de potências europeias, um grau de liberdade para intervir nos assuntos internos do Império,

13. F. Dostoiévski, *The Diary of a Writer*. (Utah: Peregrine Smith Books, 1985), pp. 360-365.

14. Alec Lawrence Macfie, *The Eastern Question: 1774-1923* (London: Longman, 2004), p. 3.

face aos seus próprios interesses.

Apesar da Rússia aceitar esta disposição⁽¹⁵⁾, não tencionava desistir dos seus objetivos e em 1829, aquando da Guerra contra a Turquia, a campanha militar russa acabou com a conquista da cidade de Adrianópolis, o que abria o caminho à grande pérola da região: a cidade de Constantinopla. Tal desenvolvimento militar obrigou o Império Britânico a uma intervenção diplomática, junto da São Petersburgo, pressionando o Czar Nicolau I e a Porta a assinar o Tratado de Adrianópolis, em 1829. Apesar de resolvido o problema no momento, a campanha russa alarmou Londres de que o Czar possuía capacidade militar para conquistar a capital turca e isso constituía uma ameaça séria aos interesses britânicos.

A verdade é que esta intervenção sinalizou, ao Império dos Czares, que a Grã-Bretanha estava disposta a intervir para impedir a desintegração otomana. Por essa razão, São Petersburgo optou por uma redefinição do seu *modus operandi*. Esta renovada aproximação resultou na assinatura, a 8 de julho de 1833, do Tratado de *Hünkâr İskelesi*, com o Império Otomano. A sua entrada em vigor definiu, em meros 6 artigos, que a Rússia e o Império Otomano passavam a ser aliados, declarando paz perpétua e mútua assistência em caso de ameaças à integridade territorial. No entanto, num artigo secreto, estipulava-se que a Turquia, em caso da Rússia ser atacada, teria de fechar os Estreitos à navegação de quaisquer navios de guerra⁽¹⁶⁾.

Este artigo teve uma reação devastadora dentro do círculo de planeamento: a mera ideia de que a Rússia tinha mecanismos políticos que lhe permitiam transformar o Mar Negro num lago próprio desafiava o imaginário britânico. Um imaginário desenvolvido com base na livre-circulação naval como pretexto da supremacia global.

Na visão britânica, portanto, o expansionismo russo era percecionado como uma ameaça estrutural à ordem de poder estabelecida, e consentida, entre os Britânicos e as demais potências. Deve-se compreender que este postulado definia o marco mental britânico: a Rússia não era uma rival militar, ela, em condições de conquista dos Estreitos, representava uma rutura com uma arquitetura que os britânicos demoraram séculos a construir.

Reestruturando a relação entre a Rússia e a Grã-Bretanha, como um quadro definido sobretudo por perceções, existe o impulso de criar um conjunto de analogias com o termo atual de *Guerra Cognitiva*. Ainda assim, faltando definição estratégica para o fazer, uma forma interpretativa poderia ser uma definição de *Guerra Cognitiva avant la lettre*.

15. Será, porventura, mais correto afirmar, interpretativamente, que a Rússia terá sido forçada a aceitar essa disposição, porque não estava disposta a confrontar Londres.

16. Frank Edgar Bailey, *British Policy and the Turkish Reform Movement: A Study in Anglo-Turkish Relations, 1826-1853* (Harvard University Press, 1942), pp. 49-50.

A desconfiança britânica em relação à Rússia não se restringia às esferas diplomáticas ou estratégicas. Esta era uma construção mental que se expandia à opinião pública e ao pensamento político.

Desde a década de 1830, emergiu em Londres uma verdadeira doutrina da ameaça russa, na qual esta era representada como o oposto civilizacional da Europa liberal. Figuras como o diplomata David Urquhart descreviam o Império dos Czares como uma potência “que avança não pela guerra, mas pela fraude; cujas armas eram a diplomacia, a corrupção e a ignorância dos seus adversários”⁽¹⁷⁾.

No Parlamento, Robert Peel denunciava “a política mais consistentemente agressiva e invasora que alguma vez existiu”⁽¹⁸⁾, enquanto Lord Palmerston via na Rússia um inimigo que “avança pela astúcia quando a força falha, e pela força quando a astúcia triunfa”⁽¹⁹⁾.

Este imaginário era fortemente ampliado pela própria imprensa. Nas páginas do seu livro, William Howard Russell descreve o exército russo como o instrumento cego “da vontade de um tirano”, reforçando o contraste moral entre o despotismo oriental e a liberdade ocidental⁽²⁰⁾. Esta retórica, transversal à elite e à opinião pública, criou uma percepção de inevitabilidade: conter a Rússia não era apenas um imperativo estratégico, mas um dever moral da civilização. A guerra cognitiva britânica travava-se, assim, antes de quaisquer operações militares na Crimeia, no domínio das ideias, da linguagem e da imaginação coletiva.

Pode-se argumentar que o alvo dessas operações não era apenas o público europeu, e os governantes das potências europeias, mas também as elites russas, cujo pensamento ao ser moldado, também poderia levar a uma limitação na capacidade de resposta.

É de realçar que não se possui, de momento, provas já trabalhadas que possam sustentar o argumento de que a intenção britânica era a de enfraquecer a capacidade cognitiva do planeamento estratégico russo. Ainda assim, pode-se perceber que o Czar Nicolau I foi claramente influenciado a pensar que a guerra contra os britânicos não seria ganha facilmente, sobretudo quando surgiram sinais que apontaram para a possibilidade de abertura de novas frentes de combate e da participação de outras nações ao lado dos ingleses, franceses e,

17. David Urquhart and Richard Cobden, *England, France, Russia, and Turkey* (Londres: J. Ridgway and Sons, 1834), p. 5.

18. Great Britain Parliament, *Hansard's Parliamentary Debates*, 940th ed., vol. 36 (Londres: The Parliamentary Press, 1836).

19. Henry John Temple, *The Letters of Lord Palmerston*, vol. 2 (Londres: Cambridge University Press, 1879).

20. William Howard Russel, *The War: From the Landing at Gallipoli to the Death of Lord Raglan. (from the Death of Lord Raglan to the Evacuation of the Crimea.)*. (Cambridge University Press, 1855).

posteriormente, o Reino de Piemonte-Sardenha.

2. As operações militares indefinidas

Tendo em conta que o objetivo final dos Aliados (neste caso, a França e Grã-Bretanha, cuja entrada na guerra se deu em 1854, um ano após a abertura das hostilidades entre os russos e os turcos, em Varna, nos Balcãs Orientais) era destruir as capacidades navais russas e, desta forma, evitar que a Rússia alguma vez pudesse voltar a reivindicar o controlo sobre os Estreitos, a campanha foi projetada de forma a não ter de desdobrar uma componente terrestre demasiado robusta, privilegiando o uso das Marinhas de Guerra.

Observando a extensão territorial da Rússia, com um conjunto de portos e bases navais espalhadas ao redor do mesmo, para conseguir infligir uma derrota global à Rússia era necessário o planeamento de uma campanha global contra o Império do Czar.

Este encontrou muitas adversidades, quer em Londres quer em Paris, face ao desconhecimento da postura que a Rússia iria adotar. Havia o receio de que esta última pudesse optar pela guerra do corso, como também levar a cabo uma estratégia de subcontratação de navios privados, atribuindo-lhes licenças para a captura de navios inimigos. Em ambos os casos, o principal alvo desta estratégia russa seriam as remotas ilhas pertencentes aos impérios coloniais que lhe tinham declarado guerra. Tais possibilidades não se materializaram, apesar de terem sido contempladas, pela Corte do Czar, por falta de fundos para tal efeito⁽²¹⁾.

Ainda assim, no dia 28 de março de 1854, a França e a Grã-Bretanha submetiam uma declaração de guerra à Rússia, dissolvendo quaisquer dúvidas que ainda pairavam sobre a inevitabilidade de tal acontecimento.

No entanto, as forças terrestres ainda não estavam presentes no teatro, sendo que os primeiros disparos da guerra foram efetuados por uma Esquadra de 6 navios britânicos e 3 franceses, contra o porto de Odessa, no dia 22 de abril de 1854.

Às 5h30 da manhã, dois navios de guerra ingleses (o HMS *Samson* e o HMS *Tiger*) e dois franceses (*Vauban* e *Descartes*) abriram fogo contra as docas de Odessa e contra o molhe. Após 12 horas de fogo, as peças acalmaram, e foi possível observar os estragos causados: o molhe imperial fora inutilizado, o armazém de munições tinha explodido, vários navios de guerra russos foram afundados e muitas das fortificações de Odessa tinham sido destruídas.

Esta operação serviu dois propósitos, igualmente importantes. Por um lado,

21. Andrew C Rath, *The Crimean War in Imperial Context, 1854-1856* (New York, Ny: Palgrave Macmillan, 2015), p. 7.

os Aliados faziam uma demonstração de intenções hostis, à Rússia. Por outro, pretendiam motivar os seus próprios soldados para um primeiro sucesso da guerra, elevando a moral dos marinheiros, que tinham passado dois meses a navegar sem entrar em combate. Por essa altura, as Forças Expedicionárias já estavam a caminho do teatro de operações⁽²²⁾.

Interpretativamente, pode-se argumentar que o desembarque aliado na Crimeia não teve um raciocínio puramente estratégico. Obviamente que o papel da Base Naval russa em Sebastopol era fundamental para a atuação da sua marinha no Mar Negro, mas mesmo assim, o valor da Crimeia era muito mais percetivo, no sentido de poder anunciar uma grande vitória militar. Nesta dimensão cognitiva da guerra, a situação parecia muito mais descoordenada, entre os dois exércitos. Duas potências que partilhavam um inimigo, mas não uma perceção comum dele. O inimigo existia mais como construção moral do que como entidade operacional.

O cerco de Sebastopol, por exemplo, que durou quase um ano, tendo se iniciado em setembro de 1854, transformou a própria guerra num ritual de desgaste mútuo, suportado por um combate pelo controlo da narrativa. No fundo, pode-se colocar a campanha pôntica da guerra como o triunfo do cognitivo sobre a realidade estratégica.

E isso era fundamental, porque na Crimeia, surgiu um fenómeno completamente inovador das guerras. O seu acompanhamento constante foi feito por jornalistas, como foi o caso de William Howard Russell.

A título de exemplo, surgem as campanhas secundárias da Guerra da Crimeia, assim denominadas, por serem sazonais e por lhes faltar tanto em termos de planeamento estratégico e político, como também na palpabilidade dos resultados operacionais que produziram.

A esquadra naval organizada para a campanha no Báltico era comandada, do lado francês, pelo Contra-Almirante Alexandre Parseval-Deschênes (1790-1860), e do lado britânico, pelo Vice-Almirante Sir Charles Napier (1786-1860). Muito se esperava deste destacamento e os media britânicos e franceses prognosticavam uma vitória rápida sobre os russos.

Num clima de festa, a Esquadra Britânica partiu de Portsmouth, em março de 1854, com a promessa de conquistar a cidade portuária russa de Kronstadt até o inverno gelar parcialmente as águas do Báltico, numa ambição que demonstrou vir a ser desmedida face à preparação do dispositivo destacado. Em primeiro lugar, Napier comandava a missão sem um plano bem delimitado. Ao invés, levava consigo um conjunto de diretrizes gerais redigidas por Sir James Graham (o Primeiro Lorde do Almirantado).

Não obstante as limitações, Napier procurou encontrar a marinha inimiga

22. Trevor Royle, *Crimea the Great Crimean War, 1854 - 1856* (Palgrave Macmillan, 2004), p. 177.

concentrada num lugar, para lhe dar batalha e a destruir de uma só vez. Sabia o Vice-Almirante inglês que a sua força, tecnologicamente superior, seria devastadora. Porém, os russos também cientes disso, abrigaram a sua Armada nas principais bases navais e reforçaram drasticamente os seus dispositivos defensivos terrestres, com homens e peças de artilharia⁽²³⁾.

Consequentemente, por não lhe ser possível executar um desembarque, Napier optou por ficar a patrulhar o Mar Báltico, bloqueando do Golfo da Finlândia e não se atrevendo a aproximar das fortalezas russas, devido ao risco de ser alvo de bombardeamento, pelas peças que as protegiam. Esta opção deixava o Almirantado desapontado, porque a expedição não correspondia à expectativa criada.

Mesmo tendo sido lançada uma nova expedição naval para o Báltico, durante o verão de 1855, desta vez sob o comando do Contra-Almirante Sir James Hanway Plumridge, este não foi capaz de alcançar melhores resultados que o seu antecessor, tendo apenas entrado em escaramuças com várias cidades piscatórias, sem qualquer relevo para o desenrolar da Guerra.

As expedições ao Báltico não produziram ganhos adequados à expectativa que as envolviam, como por exemplo a destruição dos navios russos e até a conquista de, pelo menos, uma das bases navais russas. No entanto, o seu verdadeiro sucesso não deve ser visto apenas de uma perspetiva de conquista, já que as Esquadra Navais russas foram, de facto, incapacitadas de contestar o Mar Báltico contra os Aliados, não podendo realizar qualquer um ataque às costas dos dois países⁽²⁴⁾.

Uma terceira campanha foi organizada, contra o Porto de Petropavlovsk, com o objetivo de proteger as possessões francesas e britânicas no Pacífico. Esta base naval russa, situada na Península de Kamchatka, contava com uma guarnição de seis navios de guerra (entre os quais se destacava a fragata russa Aurora, de 44 peças e a Dwina, de 10 peças) e 1.700 homens, comandados pelo Conde Nikolay Muravyov (1809 – 1881). Como ele suspeitava que os Aliados fossem atacar o porto, reforçou as defesas, com a construção de um conjunto de baterias de artilharia, contando, assim, com cerca de 67 peças (Rath, 2015: 122 – 124).

Em agosto de 1854, a Esquadra franco-britânica, sob comando dos Contra-Almirantes David Price (1790 - 1854) e Febvrier Despointes (1796 – 1855), inglês e francês, respetivamente aparecia na Baía de Avacha. Ao observar as posições defensivas, os Aliados decidiram apostar em desembarques, com vista a destruir a cidade portuária.

23. Andrew C Rath, *The Crimean War in Imperial Context, 1854-1856* (New York, Ny: Palgrave Macmillan, 2015), p. 35.

24. Edgar Anderson, "The Scandinavian Area and the Crimean War in the Baltic," *Scandinavian Studies* 41, no. 3 (1969): 263-75, <https://doi.org/10.2307/40917005>, p. 269.

A 31 de agosto, as tropas executaram a primeira operação e, não se conseguindo estabelecer no terreno, tiveram de recuar para os navios. A 2 de setembro, houve uma segunda tentativa, na qual as tropas anglo-francesas não foram capazes de entrar na cidade. No entanto, o somatório dos dois desembarques resultou na aniquilação da maioria das baterias e na destruição de duas escunas, *Anadyr* e *Sitka*, armadas com 10 peças, cada.

Estes resultados foram conseguidos à custa de elevadas perdas que os Aliados sofreram, entre as quais a morte do Vice-Almirante David Price, devido a um incidente no qual disparou involuntariamente a sua própria arma contra si. Ainda assim, o objetivo de capturar a cidade e destruir as duas fragatas russas não foi conseguido, e a armada conjunta optou por uma retirada, para se reagrupar.

Em abril de 1855, foi tentada uma nova investida que resultou na conquista e na subsequente destruição do porto. Tal não se deveu a uma vitória militar, mas sobretudo porque os Aliados depararam-se com *Petropavlovsk* evacuada, por ordem de *Muravyov*⁽²⁵⁾.

Resumidamente, os resultados obtidos na Campanha do Extremo Oriente, a escaramuça insignificante com um mosteiro no Mar Branco e a alta expectativa no mar Báltico, com a qual os Aliados não conseguiram lidar, tornou o Governo do Primeiro-Ministro Aberdeen alvo de severas críticas.

Esta pressão provocou mudanças estruturais importantes, já que levou à substituição do Primeiro-Ministro Aberdeen por Palmerston. A sua retórica, de alargar a escala da guerra, foi bem recebida junto de um público cada vez mais cético face aos resultados que tinham sido produzidos entre 1853 e 1854.

A França aceitou este compromisso, numa primeira instância, o que permitiu levar a cabo as missões expedicionárias ao Mar de Azov. Da mesma forma, o Reino de Piemonte-Sardenha tinha se juntado à aliança, enviando um exército para a Crimeia. Este reforço provou ser eficaz para finalizar a conquista de Sebastopol.

3. As perceções russas: entre a paranoia e o risco do colapso

Após a queda de Sebastopol se tornar inevitável, aquando da derrota russa na Batalha de Chernaya, o Czar Alexandre II recusou-se dar a guerra como perdida, mas estava ciente de que não poderia continuar nela, devido à enorme superioridade tecnológica que enfrentava. Por isso, definiu uma estratégia para influenciar os seus inimigos a sentarem-se à mesa das negociações.

Em primeiro lugar, conseguiu a conquista de Kars (cidade no Cáucaso, teatro

25. Andrew C Rath, *The Crimean War in Imperial Context, 1854-1856* (New York, Ny: Palgrave Macmillan, 2015), p. 151.

onde os russos conseguiram explorar as dificuldades turcas e cuja conquista possibilitaria um estabelecimento operacional na região da Anatólia), e tentou usá-la como moeda de troca para futuras negociações. Em segundo lugar, explorou o sentimento de cansaço que caracterizava a opinião pública europeia, para que a pressão social consequente colocasse um travão na iniciativa britânica em alargar a escala da guerra⁽²⁶⁾.

Tal estratégia teve o sucesso pretendido. A Grã-Bretanha não conseguia convencer Paris a comprometer-se com estes planos e, desta forma, um possível colapso militar russo era evitado. Entretanto, os britânicos procuravam forçar condições humilhantes à Rússia, no plano diplomático⁽²⁷⁾.

Ou seja, e voltando, de novo, aos objetivos perseguidos, na visão da França e do Império Otomano, esta guerra perseguia objetivos de contenção da Rússia. Procurava-se não permitir que esta pudesse vencer o conflito que iniciou em 1853, no Cáucaso e nos Balcãs. Para a Grã-Bretanha, por outro lado, tratava-se de um assunto de segurança interna do seu Império global, apesar de ter nascido da mesma preocupação que dos seus aliados. Palmerston visava levar a Rússia a um colapso militar, para que esta jamais pudesse voltar a reivindicar o controlo do Mar Negro e, sobretudo, dos Estreitos.

Num contexto de impasse estratégico, foi o próprio Czar Nicolau I que ordenou o reforço das forças russas na Crimeia, com vista a tentar quebrar o cerco. A 8.^a Divisão seguiu para a Crimeia e o Tenente-General Stepan Khrulev foi encarregue de empregá-la num ataque contra a fortaleza de Eupatória. Esta fortificação era defendida por uma força de 34 peças de artilharia e de cerca de 33.000 homens, organizados em 5 divisões de infantaria, dois esquadrões de cavalaria turca, cerca de 1.000 Tártaros e ainda um destacamento de 276 marinheiros franceses. A guarnição era comandada por Omar Pasha.

Este embate foi relativamente curto, tendo durado cerca de 4 horas, cujo desfecho foi uma retirada russa, debaixo de fogo muito intenso, por parte dos defensores da fortaleza. Apesar de um impacto operacional muito limitado, o impacto que esta derrota teve para o Czar foi fatal. Perto do dia 24 de fevereiro, quando ele soube da notícia, já estava gravemente doente: tinha contraído influenza ainda a 9 de fevereiro, que evoluiu para uma pneumonia. O seu estado de saúde deteriorou-se muito rapidamente, e faleceu no dia 2 de março⁽²⁸⁾.

O novo Czar, Alexandre II, apesar de uma inclinação mais liberal do que o seu antecessor, era, na verdade, um nacionalista russo, com uma grande simpatia à causa Pan-Eslava e, por isso, apenas aceitaria sair da guerra após garantir que a Rússia não fosse aceitar condições de paz humilhantes. As suas primeiras

26. Candan Badem, *The Ottoman Crimean War, 1853-1856* (Boston: Brill, 2010), pp. 145-154.

27. Winfried Baumgart, *The Crimean War, 1853-1856* (London; Sydney; Auckland: Arnold; New York, 1999), p. 195.

28. Orlando Figes, *The Crimean War: A History* (New York: Picador, 2012), pp. 386-387.

decisões, relativamente à gestão militar do conflito resumiram-se à alteração do comando das tropas na Crimeia, substituindo o Príncipe Menshikov por Mikhail Gorchakov (que na altura ocupava o posto de *Adjutant-General*), demonstrando, com isso, que continuava a apostar na defesa de Sebastopol.

Mesmo assim, o novo Czar procurou minar, diplomaticamente, a aliança franco-britânica. Para isso, queria explorar a oposição que a opinião pública francesa nutria face à guerra. Alexandre II sabia perfeitamente o poder que esta tinha sobre Napoleão III, por isso optou por tentar instrumentalizar essa tendência pacifista⁽²⁹⁾.

Ainda assim, um processo de indefinições levou a guerra a continuar, e viu as unidades francesas e britânicas serem reforçadas com um contingente do Reino de Piemonte-Sardenha, que enviou uma força de 15.000 homens, comandados pelo General Alfonso la Marmora, para a Crimeia, onde chegaram a 8 de maio de 1855.

Esse reforço teve um impacto psicológico relevante, e até mesmo a nível operacional, as frescas tropas italianas foram capazes de entrar ferozmente em combate, na Batalha de Chernaya (travada a 16 de agosto de 1855), na qual uma tentativa russa de quebrar o cerco foi aniquilada, e resultou numa humilhante derrota das forças comandadas por Gorchakov. O caminho para Sebastopol estava traçado, porque o comandante russo assumiu que não tinha condições de defender a cidade e decidiu iniciar a sua evacuação.

Com a queda de Sebastopol, e perante uma pressão multilateral, vinda da Áustria, dos Aliados, e até mesmo da Prússia, o Czar Alexandre II aceitou o protocolo de rondas preliminares para a paz, entre a Áustria e as potências beligerantes, tendo a cidade de Paris sido a escolhida como local para a realização das mesmas.

Criou-se então, um contexto no qual a Grã-Bretanha estava isolada na sua vontade de continuar a guerra, porque as restantes potências europeias queriam um termo das hostilidades. A Áustria e a Prússia temiam a continuação da guerra, porque não queriam ser arrastadas para um conflito de proporções continentais. Da mesma forma, o Governo otomano estava satisfeito com este desfecho e não haveria melhores resultados a extrair da guerra.

Em setembro de 1855, a França concordou com a utilização da Declaração dos Quatro Pontos, como a base para o futuro tratado de paz. Por isso, Karl Buol, Ministro das Relações Exteriores da Áustria, emitiu um ultimato à Rússia, no qual a obrigava o Czar a aceitar esse documento, caso contrário, a Áustria ir-se-ia juntar aos Aliados. Tal ultimato permitiu a Buol ter o protagonismo necessário para, futuramente, ser a figura central na moderação das exigências dos aliados. Faltava agora garantir a adesão britânica à conferência.

29. *Ibidem*, p. 392.

A Grã-Bretanha impôs apenas uma condição para começar as rondas negociais, tratava-se do acréscimo de mais um ponto, nesse documento, – que permitia qualquer outro assunto de relevância europeia ser tratado nas conversações de paz(30).

No dia 25 de fevereiro de 1856, tomou lugar a primeira reunião da Conferência de Paris, onde um armistício foi assinado, no qual se dispunha que o cessar-fogo ir-se-ia prolongar até ao último dia de março. Contudo, a pedido da delegação inglesa, era permitida a manutenção dos bloqueios navais já em vigor. Com esta jogada, os britânicos estipulavam a sua vontade de ver as negociações a chegarem rapidamente às condições sob as quais as partes iriam aceitar o fim da Guerra da Crimeia(31).

No dia 30 de março de 1856, o documento final era assinado por todos os Estados participantes, em Montmartre, na cidade de Paris.

Este foi apresentado como uma garantia de uma paz secular, mas apenas espelhava um reajuste dos poderes na Europa, porque não resolveu as reivindicações russas ao domínio dos Estreitos, que estiveram na origem da guerra. Pode-se colocar o impacto político deste Tratado da seguinte forma: esta paz refletia os resultados da guerra, na qual os Aliados conseguiram atacar a Rússia onde e como quiseram. Apesar de terem executado um conjunto de operações não decisivas, como foram as campanhas no Báltico, no Pacífico e no Mar Branco, conseguiram minar a influência da Rússia não só no Mar Negro.

Na Europa Central com o fim da aliança russo-austríaca, Viena viu-se obrigada a alinhar os seus interesses com as posições da França e da Grã-Bretanha. Isto cumpriu os objetivos britânicos, enquanto a França marcou o seu prestígio na cena política.

Conclusão

O presente artigo procurou demonstrar que as causas por detrás da Guerra da Crimeia foram antecedidas, enquadradas e, em grande medida, condicionadas por uma disputa de perceções: pode-se criar usar a noção de guerra cognitiva *avant la lettre*.

Por um lado, a perceção russa do Mar Negro como um espaço vital para a sobrevivência do seu Império, e da afirmação civilizacional do seu grande prémio: a cidade de Constantinopla. Por outro lado, a vontade britânica de conter uma projeção de poder sobre uma região central para a existência do seu enorme império.

30. Andrew D Lambert, *The Crimean War: British Grand Strategy [against Russia], 1853-56* (Manchester U.A.: Manchester Univ. Pr, 1991), pp. 305-307.

31. Harold Temperley, "The Treaty of Paris of 1856 and Its Execution," *The Journal of Modern History* 4, no. 4 (December 1932): 523-43, <https://doi.org/10.1086/235940>, p. 403.

A fricção entre estes dois quadros mentais explica de uma forma ainda mais aprofundada, em comparação à cronologia dos combates, a natureza do acordo de 1856 e o desfasamento entre os resultados operacionais da guerra e os seus efeitos políticos.

Se no plano militar, as operações realizadas no Báltico, no Mar Branco e no Pacífico, e o cerco prolongado da cidade de Sebastopol, apenas confirmaram o carácter limitado do esforço político, no plano histórico, observou-se a primazia da percepção sobre a manobra. As operações militares, pode-se argumentar, estavam subjugadas à gestão da opinião pública (quer na imprensa, quer no Parlamento).

Na fase terminal da guerra, a sensação russa de cerco estratégico, que era alimentada pela ameaça da entrada austríaca e prussiana na guerra, pela manutenção dos bloqueios navais durante as negociações e pelo uso de Kars como moeda de troca, serviram de incentivo ao czar Alexandre II a autorizar a aceitação das condições centrais do quadro de paz.

Não se procura afirmar, pelo bom intento da investigação historiográfica, que a intenção britânica era a de explicitamente degradar a cognição política russa. No entanto, sublinha-se que houve um conjunto de efeitos cognitivos mensuráveis (como o enquadramento estratégico, a pressão diplomática e a mediação pública) que foram decisivos para o desfecho do combate.

Do ponto de vista historiográfico, esta leitura não é absoluta, mas revela-se uma necessidade, por acrescentar utilidade a um conceito moderno, sem lhe impor anacronismo. A “guerra cognitiva *avant la lettre*” é uma grelha que permite perceber a forma como a gestão das percepções, da linguagem e do público se entrelaçam com a estratégia e logística de guerra, para estudar as guerras dos séculos XX e XXI.

Os limites deste estudo, nomeadamente a fragmentação de fontes sobre a percepção interna russa e a ausência de séries jornalísticas, abre caminho a mais estudos profundos sobre a “vida em cerco” e as sucessivas tentativas de o quebrar.

Para concluir, a Guerra da Crimeia pode confirmar que, em contextos de equilíbrio político, ter a capacidade de influenciar o discurso é tão decisivo, como controlar posições operacionalmente vantajosas. Ler este conflito nesta lente não substitui a história operacional, mas completa-a, porque mostra como impasses se resolvem no domínio da mente.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

LE DUC, Leouzoun (1855) – *O Ecco Da Guerra*. Porto: F.G. da Fonseca - Editor.

GREAT BRITAIN PARLIAMENT (1836) – *Hansard's Parliamentary Debates*. 940th ed. Vol. 36. Londres: The Parliamentary Press.

PEARD, George Shuldham (1855) – *Narrative of a Campaign in the Crimea: Including an Account of the Battles of Alma, Balaklava, and Inkermann*. R. Bentley.

TEMPLE, Henry John (1879) – *The Letters of Lord Palmerston*. Vol. 2. Londres: Cambridge University Press.

Outros Estudos

ANDERSON, Edgar (1969) – “The Scandinavian Area and the Crimean War in the Baltic.” *Scandinavian Studies* 41, no. 3: 263-75. <https://doi.org/10.2307/40917005>

ANDERSON, R. C. (1916) – “The First Russian Fleet, 1695–1711.” *Royal United Services Institution Journal* 61, no. 441 (February 1): 41-46. <https://doi.org/10.1080/03071841609419042>

ARTHUR, John (1924) – *The Eastern Question*. Oxford: Clarendon Press.

AVAKOV, Pyotr (2020) – “Azov v Strategicheskikh Planakh Tsaria Petra I 1695-1696 Gg.” *Cahiers Du Monde Russe* 61, no. 1-2 (January 1): 177–204. <https://doi.org/10.4000/monderusse.11953>

BAILEY, Frank Edgar (1942) – *British Policy and the Turkish Reform Movement: A Study in Anglo-Turkish Relations, 1826-1853*. Harvard University Press.

BAUMGART, Winfried (1999) – *The Crimean War, 1853-1856*. London; Sydney; Auckland: Arnold; New York.

CANDAN, Badem (2010) – *The Ottoman Crimean War, 1853-1856*. Boston: Brill.

CIOCÎLTAN, Virgil (2012) – *The Mongols and the Black Sea Trade in the Thirteenth and Fourteenth Centuries*. BRILL.

CRISTEA, Ovidiu, and LIVIU, Pilat (2020) – *From Pax Mongolica to Pax Ottomanica: War, Religion and Trade in the Northwestern Black Sea Region (14th-16th Centuries)*. Leiden: Brill.

DAVIES, Brian L. (2016) – *The Russo-Turkish War, 1768-1774*. Bloomsbury Publishing.

DAVISON, Roderic H. (1976) – “‘Russian Skill and Turkish Imbecility’: The Treaty of Kuchuk Kainardji Reconsidered.” *Slavic Review* 35, no. 3: 463-83.

<https://doi.org/10.2307/2495120>

DOSTOIEVSKI, F. (1985) – *The Diary of a Writer*. Utah: Peregrine Smith Books.

EYÜP, Özveren Y. (1997) – “A Framework for the Study of the Black Sea World.” *Review (Fernand Braudel Center)* 20, no. 1: 77–113. <https://doi.org/10.2307/40241390>

FIGES, Orlando (2012) – *The Crimean War: A History*. New York: Picador.

GOLDFRANK, David M. (2016) – *Origins of the Crimean War*. Routledge.

LAMBERT, Andrew D. (1991) – *The Crimean War: British Grand Strategy [against Russia], 1853-56*. Manchester U.A.: Manchester Univ. Pr.

MACFIE, Alec Lawrence (2004) – *The Eastern Question: 1774-1923*. London: Longman.

O'NEILL, Kelly (2018) – *Claiming Crimea: A History of Catherine the Great's Southern Empire*. New Haven: Yale University Press.

ISW PRESS (2025) – “A Primer on Russian Cognitive Warfare.” Institute for the Study of War, June 30. <https://understandingwar.org/research/cognitive-warfare/a-primer-on-russian-cognitive-warfare/>

RATH, Andrew C. (2015) – *The Crimean War in Imperial Context, 1854-1856*. New York, Ny: Palgrave Macmillan.

ROYLE, Trevor (2004) – *Crimea the Great Crimean War, 1854-1856*. Palgrave Macmillan.

RUSSEL, William Howard (1855) – *The War: From the Landing at Gallipoli to the Death of Lord Raglan. (from the Death of Lord Raglan to the Evacuation of the Crimea.)*. Cambridge University Press.

SEATON, Albert, and MICHAEL P Roffe (1973) – *The Russian Army of the Crimea*. Osprey Publishing.

SHAW, Stanford J. (1965) – “The Origins of Ottoman Military Reform: The Nizam-I Cedid Army of Sultan Selim III.” *The Journal of Modern History* 37, no. 3: 291-306. <https://www.jstor.org/stable/1875404>

SPIERS, Edward M. (1992) – *The Late Victorian Army, 1868-1902*. Manchester: Manchester University Press.

TEMPERLEY, Harold (1932) – “The Treaty of Paris of 1856 and Its Execution.” *The Journal of Modern History* 4, no. 4 (December): 523–43. <https://doi.org/10.1086/235940>

URQUHART, David, and RICHARD Cobden (1834) – *England, France, Russia, and Turkey*. Londres: J. Ridgway and Sons.

VITALIY VENISLAVSKYY

Doutorando em História Marítima na Universidade de Lisboa, mestre em História Militar pela mesma universidade e licenciado em Relações Internacionais pela Universidade de Coimbra. A sua investigação debruça-se o Império Britânico (séc. XIX) e transição vela-vapor. É também autor/coautor de trabalhos sobre cultura estratégica e guerra naval. É presidente do EuroDefense-Jovem Portugal e analista de Segurança e Defesa no Canal Now.



Como citar este texto:

VENISLAVSKYY, Vitaliy – A Guerra de Perceções na Crimeia (1853–1856) – Dossier: Da Retirada Militar do Ultramar ao 25 de Novembro de 1975. [Em linha] Ano V, nº 9 (2025); <https://doi.org/10.56092/WIKL7217> [Consultado em ...]